

A Constituinte não condenou São Paulo, mas todo o Brasil.

Desde o início de seu funcionamento, há 13 meses, a Assembléia Nacional Constituinte vem manter de uma triste e lamentável rotina: a de agir quase exclusivamente em função das conveniências pessoais e eleitorais de seus integrantes — e não em função dos interesses comuns de toda a Nação. Na semana passada, os constituintes mais uma vez mantiveram essa condenável tradição, consagrando anseios meramente corporativos e regionais por ocasião da votação do título IV do capítulo I, que trata da organização do Poder Legislativo e fixa os critérios de distribuição do número de deputados por Estado da Federação.

Nos dispositivos por eles aprovados foi mantido o atual limite mínimo por bancada, ao mesmo tempo em que se autorizou, como uma espécie de prêmio de consolação, um pequeno aumento do limite máximo. Isso significa que unidades federativas com grande densidade populacional, como é o caso de São Paulo, que detém 24% do eleitorado brasileiro, terão direito a apenas 70 deputados, enquanto unidades demograficamente vazias, como é o caso do Acre, continuarão com pelo menos oito deputados, independentemente do número de eleitores registrados efetivamente. Em termos práticos, portanto, o voto de um eleitor acreano valerá muito mais do que o voto de um eleitor paulista — o que não apenas bloqueia perigosamente o aperfeiçoamento institucional do País, na medida em que institucionaliza um sistema de bancadas sub e super-representadas, como ainda contribui para minar a própria unidade política da Nação.

Esse golpe dado pela Constituinte na modernização de nossas instituições legislativas praticamente mantém inalterada a pérfida estratégia utilizada pelo antigo czar Ernesto Geisel, no tempo da ditadura dos generais e tecnocratas, para falsear a representação parlamentar no Congresso, retirar a legitimidade do processo eleitoral e impedir a manifestação da vontade política do eleitorado das regiões mais populosas e desenvolvidas que, como é sabido, é mais consciente e amadurecido do que o eleitorado das regiões menos populosas e desenvolvidas. Na época, quando o ex-presidente Geisel editou seu tão decantado pacote de abril, o que realmente lhe interessava era manter um sistema representativo artificial, que impedisse as unidades federativas mais importantes — como São Paulo — de terem no plano político o mesmo peso que tinham no campo econômico, ao mesmo tempo em que transformava as unidades menos desenvolvidas, econômica e socialmente, em simples coadjuvantes — ou seja, em massa de manobra — dos donos do poder encastelados no Planalto.

Ao manter praticamente intocado o sistema artificial imposto ditatorialmente pelo general Geisel, cujo preconceito contra São Paulo sempre foi de conhecimento público, a Assembléia Constituinte acabou impondo um enorme freio à emancipação do Brasil como uma nação politicamente adulta, economicamente desenvolvida e socialmente moderna. No plano institucional, a existência de bancadas sub e super-representadas por si só líquida com a possibilidade de um sistema de governo efetivamente parlamentarista, caso venha ele a ser aprovado esta semana. Como o parlamentarismo pressupõe uma justa proporcionalidade na distribuição das bancadas estaduais em relação ao número de eleitores e de habitantes por unidade federada, a opção dos constituintes por uma estrutura representativa artificial e desequilibrada já o condena ao fracasso antes mesmo de sua eventual institucionalização.

Já no plano econômico e social, esse sistema representativo tão artificial quanto ilegítimo também provocará conseqüências desastrosas, na medida em que penaliza duramente e injustamente as regiões mais avançadas do País, cujo extraordinário progresso material ao longo destas últimas quatro décadas financiou todos os programas federais de desenvolvimento, infra-estrutura básica, assistência social e erradicação da miséria nas regiões mais atrasadas, ao mesmo tempo em que está sempre gerando significativo volume de emprego para grandes contingentes de suas populações, que morreriam de fome se não pudessem emigrar. Tanto que, nos dias de hoje, a Grande São Paulo se tornou a área geoeconômica com a maior concentração de nordestinos de todo o Brasil.

Este é, sem dúvida alguma, o aspecto fundamental do problema: desde a explosão industrial de São Paulo e de todo o Centro-Sul, nos anos 50, essa região deu à União, sob a forma de impostos, muitíssimo mais do que dela recebeu, em termos de investimentos. Graças ao Brasil moderno e dinâmico, com sua economia capitalista de caráter cosmopolita e integrada no Primeiro Mundo, é que o Brasil tradicional e arcaico, com sua economia pré-industrial e pouco eficiente, pode sobreviver mediante a sistemática transferência de recursos. Recursos esses que, na maioria das vezes, por culpa exclusiva do fisiologismo, do cartorialismo e do clientelismo das oligarquias políticas nordestinas, acabaram sendo gastos de maneira perdulária. E uma prova disso é o fato de que, ao lado da tão tristemente famosa "indústria das secas", cujo "desenvolvimento" se deu na primeira metade deste século, floresceram nas últimas décadas a "indústria dos incentivos fiscais" e a "indústria dos subsídios", todas elas com as mesmas características: a malversação dos recursos públicos, o tráfico de influência, a corrupção e o empreguismo desenfreado.

Nas votações da semana passada, na Constituinte, foram essas oligarquias que deram as cartas, transformando o desequilíbrio regional em simples pretexto para manter vivas e intocadas as apodrecidas estruturas arcaicas da elite política brasileira. Foram essas oligarquias que, investindo perigosamente na desintegração nacional, empenharam-se a fundo para fazer com que o sistema de representação parlamentar continuasse desvirtuado — o que lhes permite manipular a política do governo federal segundo suas conveniências e mascarar práticas políticas imorais com argumentos falsamente protecionistas. E se há um político que representa bem esse Brasil arcaico, cujas oligarquias dependem da continuidade da pobreza e da miséria para poderem continuar fraudando a Nação, ele é o próprio presidente Sarney: tanto seu desastroso governo quanto seu discurso falacioso em favor do "tudo pelo social" (e o povo "pelo de serviço"...) refletem com clareza o tipo de subdesenvolvimento político, econômico e social que dá as cartas no jogo do poder.

Por isso, é preciso que toda a Nação tenha consciência do estelionato que foi cometido contra ela na semana passada, pela Assembléia Constituinte, obrigando o Brasil moderno a se submeter às oligarquias políticas do Brasil arcaico: quem perde com a aprovação de uma estrutura representativa viciada, artificial e corrompida, na distribuição do número de deputados por Estado da Federação, muito mais do que São Paulo e outras unidades do Centro-Sul, é o próprio Nordeste e, por conseguinte, todo o País.

Nessa fase dos trabalhos da Constituinte, não sabemos o que lamentar mais: se a triste demonstração de subdesenvolvimento cultural dos nordestinos, que exibiram todo o seu despeito pelo progresso de São Paulo, ou se a falta de combatividade da bancada paulista, que chegou aos limites da covardia ao aceitar a esmola de mais dez cadeiras.

JORNAL DA TARDE 21 MAR 1988